

CARGO – 1020 – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA
PROVA OBJETIVA – CONHECIMENTOS BÁSICOS

TEXTO (servirá para responder várias questões):

- 1 “O desmatamento continua sendo o grande vilão do meio ambiente do mundo.
2 Ele arranca 15 milhões de hectares de florestas por ano – uma área igual a cinco
3 vezes o tamanho da Bélgica. Menos árvores significam graves danos ambientais,
4 como diminuição dos mananciais de água, inundações, deslizamentos de encostas e
5 aumento da temperatura global. Um sexto do estrago ocorre no Brasil, onde o ritmo
6 da derrubada de árvores na Amazônia se acelerou nos últimos três anos. Em 2004
7 foram ceifados 2,3 milhões de hectares de floresta. Por ser um problema crônico,
8 que se repete apesar da grita da sociedade, a impressão que se tem é a de que a
9 devastação é inevitável, um caso quase sem solução. Mas, felizmente, não é bem
10 assim. As florestas voltaram a crescer em vários países. Como é um movimento
11 lento, que ocorreu, na maioria dos casos, ao longo do último século, não foi alardeado.
12 Mas os dados não mentem. Países como França, Portugal, Alemanha,
13 Reino Unido e Polônia estão recuperando sua cobertura florestal em um processo
14 consistente. E o mais animador é que a recuperação da área verde não é resultado de
15 privação do uso da floresta e de seus produtos. Ao contrário. O que está ocorrendo é
16 a descoberta de que quando se conjuga uma ação governamental sólida com a
17 economia se tem uma eficiente arma contra o desmatamento.”
18 (Ronaldo França: *A revolução verde*. In: *Veja*, 9 fev.2005, p. 85)

1. De acordo com o texto, é correto afirmar:
- a) O desmatamento é um problema mundial e, por isso, inevitável.
 - b) O autor condena o corte de árvores é condenável, que leva ao aumento da temperatura global.
 - c) A privação do uso da floresta e de seus produtos não leva à recuperação de uma área verde.
 - d) Apesar de a sociedade gritar contra o desmatamento, ele é uma questão crônica.
2. Analise as afirmações abaixo.
- I. Por ser um problema crônico (linha 7) refere-se a devastação.
 - II. Conforme a norma culta da língua, onde deve ser empregado para indicar circunstância de lugar, como na linha 5 do texto. Assim, é condenável seu emprego em construções como *Participei da reunião onde discutimos os rumos de nosso Judiciário*.
 - III. Em E o mais animador (linha 14), o E não pode ser eliminado, para não comprometer o sentido da frase em que se encontra.
 - IV. O gerúndio exprime o fato verbal em desenvolvimento, a exemplo de estão recuperando (linha 13). É errado seu emprego em construções como *Logo estaremos informando V. S^a...*

Assinale a opção que apresenta a seqüência correta.

- a) I, II, e IV.
- b) I, III e IV.
- c) III e IV.
- d) II e III.

3. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Em se acelerou (linha 6), o se é pronome reflexivo.
- b) Em O que está ocorrendo é a descoberta (linhas 15-16), o a não recebeu acento indicador de crase por ser apenas uma preposição.
- c) A palavra Mas é um conjunção que introduz, nas duas frases em que se encontra (linhas 9 e 12), idéia de adversidade.
- d) Em que se tem (linha 8), o se corresponde a símbolo de indeterminação do sujeito.

4. Considere a frase abaixo.

No mundo, o desmatamento arranca 15 milhões de hectares de terra por ano.

Passando-a para a voz passiva analítica, é **INCORRETO** afirmar:

- a) *No mundo e por ano* referem-se ao sujeito *desmatamento*.
- b) O núcleo verbal fica *são arrancados*.
- c) *No mundo arrancam-se 15 milhões de terras por ano* é a forma dessa frase, na voz passiva sintética.
- d) *pelo desmatamento* é agente da passiva.

Leia o fragmento abaixo, para responder às questões 5 e 6.

1 “A madeira sempre foi companheira da humanidade e da civilização. Sem ela não
2 haveria a domesticação do fogo. Também não teriam existido as grandes navegações
3 nem os andaimes para a construção dos grandes monumentos e não haveria muitos
4 sobreviventes ao inverno do Hemisfério Norte. A madeira que queimou nas
5 caldeiras foi o combustível da Revolução Industrial. Ela ainda é vital como fonte de
6 energia no mundo inteiro.” (Ronaldo França. *Ib, id*, p. 86)

5. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Em Também não teriam existido as grandes navegações (linha 2), substituindo-se a flexão do verbo *existir* pela do verbo *haver*, ficaria *Também não teria havido as grandes navegações*.
- b) Em não haveria muitos sobreviventes (linhas 3-4), substituindo-se a flexão do verbo *haver* pela do verbo *existir*, ficaria *não existiriam muitos sobreviventes*.
- c) As palavras civilização (linha 1) e Também (linha 2) são acentuadas graficamente por serem oxítonas.
- d) A palavra e (linha 1) é conjunção; liga expressões de mesma função na oração.

6. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A palavra para (linha 3) é preposição e indica idéia de finalidade.
- b) As palavras Sem (linha 1) e nem (linha 3) são advérbios, porque apresentam idéia de exclusão.
- c) A palavra Também (linha 2) indica idéia de inclusão.
- d) O *que* pode ser empregado para substituir uma palavra ou expressão anteriormente mencionada, como em A madeira que queimou nas caldeiras (linhas 3-4).

7. Complete os espaços das frases abaixo com as conjunções que estabelecem corretamente uma relação de sentido entre as orações.

- I. Nosso país tem a segunda maior cobertura vegetal do planeta, _____ não a utiliza corretamente.
- II. Ao longo do tempo as florestas foram sendo derrubadas, _____ se desejava fundar uma cidade ou instalar uma propriedade rural.
- III. Nos últimos quarenta anos, _____ alguns países perceberam a importância da cobertura vegetal, passaram a expandir suas florestas.

A alternativa que apresenta a seqüência correta é:

- a) mas – para que – à medida que
- b) contudo – conforme – mesmo que
- c) porém – à proporção que – desde que
- d) porque – desde que – entretanto

8. Aponte a alternativa em que o emprego do pronome cujo é **INACEITÁVEL** na norma culta da língua.

- a) Visitamos Santa Leopoldina, cujo Museu do Colono guarda parte da memória da imigração alemã e eslava da região.
- b) O cantor cuja cidade visitamos é Roberto Carlos.
- c) O livro, cujo autor conheço bem, está fazendo muito sucesso.
- d) Meu avô, de cuja casa voltei com saudades, mora em Vila Velha.

9. Observe as frases abaixo.

A imigração européia trouxe desenvolvimento para nós. Ela deu origem a costumes típicos que nós adotamos. A consequência da imigração européia se faz sentir na paisagem marcada por traços da cultura européia.

Aponte a alternativa que as reúne, corretamente, em um só período.

- a) A imigração européia, que trouxe desenvolvimento para nós, e cujos costumes típicos adotamos, deu origem a uma paisagem marcada por traços de sua cultura.
- b) A imigração européia trouxe desenvolvimento ao Espírito Santo, deu origem a costumes típicos nele adotados e deu origem a uma paisagem marcada por traços de sua cultura.
- c) A imigração européia nos trouxe desenvolvimento, deu origem a costumes típicos e a uma paisagem sentida em sua cultura.
- d) A imigração européia, que trouxe desenvolvimento e costumes por nós adotados, deu origem a uma paisagem marcada por traços da cultura alemã e italiana.

10. Considere o fragmento abaixo, para responder ao que se pede.

“No século XVI, com a chegada dos portugueses, os indígenas que habitavam a região em que se localiza nosso Estado recuaram para a floresta, iniciando, a partir de então, uma luta de guerrilhas contra os portugueses, que se prolongaria até meados do século seguinte.” (Adapt de www.brasilrepublica.hpg.ig.com/espíritosanto.htm)

É **INCORRETO** afirmar que:

- a) O gerúndio (iniciando) exprime o fato verbal enquanto ele ocorre. Assim, são erradas expressões como *Estarei enviando... Estamos providenciando*, etc.
- b) O texto apresenta três vezes o pronome relativo que. Ele se refere, respectivamente, a indígenas, região em que se localiza nosso Estado e uma luta de guerrilhas contra os portugueses.
- c) As vírgulas no texto são opcionais; fazem parte do estilo próprio do autor do fragmento.
- d) As preposições com, para, contra e até indicam, respectivamente, idéia de causa, lugar oposição e limite de tempo.

11. As organizações dependem de dados críticos para a operação com êxito de seus negócios. As estratégias de back-up são a base das estratégias de proteção de dados que ajudam as organizações a atender aos seus requisitos de disponibilidade e acessibilidade de dados. Com relação a estratégias de back-up no Windows XP (versão português), assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) São fatores que devem ser levados em consideração ao escolher uma mídia de armazenamento para o back-up: a quantidade de dados para o back-up; o tipo de dados; o período de tempo; o ambiente; e o orçamento de sua organização.
 - b) Deve-se considerar vários fatores ao planejar sua solução de back-up, como fazer o back-up apenas do que é necessário, agendar cuidadosamente os back-ups e escolher o tipo adequado de back-up a ser executado.
 - c) Backups on-line são os back-ups feitos enquanto os dados estão inacessíveis aos usuários. Os back-ups off-line são feitos enquanto os dados permanecem acessíveis aos usuários.
 - d) Back-up total, back-up incremental e back-up diferencial são exemplos de tipos de back-up.
12. Com relação a utilização do teclado no Windows XP (versão português), assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Através da propriedade do teclado é possível alterar o Intervalo e a taxa de repetição dos caracteres.
 - b) O “Teclado Virtual” é um utilitário que exibe um teclado virtual em sua tela e permite que os usuários com deficiência motora digitem dados usando um dispositivo apontador ou um joystick.
 - c) Pode-se configurar um teclado cujo layout de língua inglesa para oferecer recursos de acentuação para o idioma português.
 - d) A troca de Idioma do teclado é possível somente no momento da sua instalação.
13. Com relação a “Importação de Dados Externos” na planilha eletrônica Microsoft Excel 2003 (versão português), assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Os dados importados pela consulta WEB podem ser atualizados constantemente na planilha Excel através da funcionalidade “Atualizar Dados”.
 - b) O Microsoft Excel pode acessar diretamente qualquer banco de dados e substituir as interfaces homem-máquina nativas do usuário final.
 - c) “Nova consulta WEB” é uma forma de importação de dados através de páginas da Web que muitas vezes contêm informações que são perfeitas para uma análise no Microsoft Excel.
 - d) São exemplos de extensões de arquivos de dados que podem ser importados: XML, TXT, DBF e HTM.

14. Sobre a opção pesquisa avançada da Web em sites de busca como: Google e AltaVista, assinale a alternativa correta:
- a) A forma de exibição dos resultados da pesquisa na tela do seu computador é fixa, ou seja, sempre será exibido apenas 10 resultados por página de resultados.
 - b) Apesar de conseguir restringir a pesquisa a um determinado Idioma, estes sites de busca na web são incapazes de restringir sua consulta a um tipo determinado de arquivo.
 - c) A Pesquisa avançada na Web permite criar consultas específicas que instruem os sites de busca a retornar resultados mais precisos.
 - d) A restrição da pesquisa à apenas um domínio não é provida por sites de busca na web.
15. Uma das formas de se aumentar a produtividade do trabalho em grupo na elaboração de textos com o Microsoft Word 2003 (versão português) é utilizar o recurso “Controle de Alterações”. Sobre este recurso, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) O Microsoft Word pode armazenar apenas um conjunto de alterações de formatação de cada vez. Portanto, ao mesclar vários documentos, o usuário pode ser solicitado a escolher entre manter a formatação do documento original ou usar a formatação do documento editado.
 - b) As cores que o Word usa para marcar texto e elementos gráficos alterados são fixas, impossibilitando o usuário de alterá-las.
 - c) Com o recurso “Controlar Alterações” ativado, cada inserção, exclusão ou alteração de formatação que o usuário ou o revisor façam é controlada. Após revisar as alterações controladas, o usuário poderá aceitar ou rejeitar cada alteração.
 - d) O “Comentário” é uma observação ou anotação que um autor ou revisor adiciona a um documento.
16. Com relação aos gráficos na planilha eletrônica Microsoft Excel 2003 (versão português), analise as seguintes afirmações:
- I. O único aplicativo do pacote Office 2003 com a opção de inserção de gráficos é o Excel, pois trabalha com planilhas.
 - II. Os Gráficos têm apelo visual e facilitam, para os usuários, a visualização de comparações, padrões e tendências nos dados.
 - III. O posicionamento da legenda é fixa no lado direito da área de plotagem.
 - IV. São exemplos de tipos de gráficos: Colunas, Barras, Linhas e Pizza.
- Assinale a alternativa correta:
- a) Somente a afirmativa I está correta.
 - b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
 - c) Somente a afirmativa III está correta.
 - d) Somente as afirmativas II e VI estão corretas.

17. A média geométrica positiva entre 5 (cinco) e 20 (vinte) é:
- a) 18.
 - b) 15.
 - c) 10.
 - d) 05.
18. A prefeitura de uma determinada cidade tem 650 funcionários, dos quais 502 são casados. Do total de funcionários, 60% são mulheres, sendo que 80% são casadas. Quantos são os funcionários homens casados?
- a) 190.
 - b) 312.
 - c) 390.
 - d) 270.
19. Clara viajou 98 (noventa e oito) km no seu carro, tendo gasto 8 (oito) litros de combustível. Qual o significado de razão entre a distância e o combustível consumido?
- a) Significa que a cada quilômetro percorrido o consumo varia entre 11,25 m/litro e 12,25 km/litro.
 - b) Significa que o consumo médio de combustível é crescente.
 - c) Significa que a cada litro consumido foram percorridos em média 12,25 km.
 - d) Significa que existe um consumo fixo de combustível.
20. Em uma cidade de 5.000 eleitores, 5,2% **NÃO** votaram, na última eleição. Quantos foram os eleitores ausentes?
- a) 520.
 - b) 360.
 - c) 120.
 - d) 260.

PROVA OBJETIVA - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Assinale proposição correta:

- a) entre os meios de interferência direta do povo nas decisões políticas estatais está o voto no pleito para a Presidência da República.
- b) o asilo político é concedido, em princípio, ao estrangeiro perseguido em seu próprio país patrial, por causa de dissidência política, de delitos de opinião e de outros crimes, ainda que impliquem a quebra do direito penal comum.
- c) um dos pilares do Estado Democrático de Direito é a divisão das funções estatais, consagrada pela doutrina constitucional sob a denominação “Princípio da Separação dos Poderes”. Nesse sentido, a Independência dos Poderes importa que, entre outras características, a investidura e a permanência das pessoas num dos órgãos do governo não dependam da confiança e nem da vontade dos outros.
- d) o pluralismo político, princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, assenta-se apenas na possibilidade de existência, nesse mesmo Estado, de vários partidos políticos.

22. Assinale a proposição correta:

- a) o direito de resposta, proporcional ao agravo, pode ser utilizado para evitar que a imagem social de pessoas físicas e jurídicas fique comprometida e constitui-se, no mais das vezes, num mecanismo de proteção contra os erros de imprensa.
- b) pela interpretação dominante do Supremo Tribunal Federal, a amplitude do signo “casa” como asilo inviolável do indivíduo, não abrange o estabelecimento profissional, ainda que usado com exclusividade.
- c) é permitida a reunião pacífica, com ou sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sem que por isso o proprietário faça jus a qualquer indenização posterior.

23. Assinale a proposição correta:

- a) é facultada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.
- b) pelo princípio da legalidade, a administração pública pode agir sempre que a lei a autorize a praticar certos atos e também quando ela não a proíba de praticá-los.
- c) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos têm responsabilidade objetiva pelos danos causados pelos seus agentes, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) para a aquisição da estabilidade, é facultada à administração pública a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

24. Assinale a proposição correta:

- a) a garantia de imparcialidade do juiz é conferida – entre outros aspectos – pela inamovibilidade que, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, só é adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- b) a proibição dirigida ao servidor, de acumular cargos públicos remunerados, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- c) aos juízes é vedado exercer uma função de magistério, ainda que em compatibilidade de horários com a sua função.
- d) os juízes podem exercer a advocacia imediatamente após a aposentadoria ou exoneração.

25. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador dar-se-ão, em todo o País, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo, sendo considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador ou a Prefeito que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos – ou seja, o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos.
- II. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos. O alistamento eleitoral é formalizado com o preenchimento do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE –, formulário/documento que será utilizado, igualmente, nas operações de transferência de domicílio eleitoral, de revisão dos dados contidos no cadastro eleitoral e de emissão de segunda via do título eleitoral.
- III. A Lei Complementar n. 64, de 18.5.1990, de acordo com o art. 14, § 9.º da Constituição Federal, estabelece os casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, detalhando as situações/causas de inelegibilidade para qualquer cargo e inelegibilidades específicas (para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; para a Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa e Câmara Legislativa; e para a Câmara Municipal), sendo da competência da Justiça Eleitoral conhecer e julgar as arguições de inelegibilidade.
- IV. No sistema eleitoral brasileiro, à obrigatoriedade do voto alia-se o seu sigilo. Nesse passo, a votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, cabendo à urna eletrônica a contabilização de cada voto, assegurando-lhe o sigilo e a inviolabilidade, garantida aos partidos políticos, coligações e candidatos ampla fiscalização.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os enunciados II e III são falsos.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- c) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.
- d) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.

26. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. O número de inscrição eleitoral compor-se-á de até 12 algarismos, assim discriminados: a) os oito primeiros algarismos serão seqüenciados, desprezando-se, na emissão, os zeros à esquerda; b) os dois algarismos seguintes serão representativos da unidade da Federação de origem da inscrição, cabendo ao Estado do Espírito Santo o código “14” (quatorze).
- II. O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz até 60 (sessenta) dias após a realização da eleição incorrerá em multa; para o eleitor que se encontrar no exterior na data da eleição, o prazo de justificativa será de 30 (trinta) dias, contados do seu retorno ao país. O pedido de justificativa poderá ser formulado em qualquer zona eleitoral, mas deverá ser sempre dirigido/endereçado ao juiz da zona eleitoral de inscrição do eleitor. O eleitor que se abster de votar em três eleições consecutivas – salvo se houver apresentado justificativa para a falta ou efetuado o pagamento de multa – terá suas inscrição cancelada, ficando excluídos do cancelamento os eleitores que, por prerrogativa constitucional, não estejam obrigados ao exercício do voto e cuja idade não ultrapasse 70 (setenta) anos.
- III. São órgãos da Justiça Eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais. Quanto aos Tribunais Regionais Eleitorais: a) são compostos de dois Desembargadores do Tribunal de Justiça; de dois Juízes de Direito; de um Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado, ou, não havendo, de Juiz Federal; e de dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral; b) os Juízes pertencentes às Categorias “Desembargador” e “Juiz de Direito” são escolhidos mediante eleição, por voto secreto, pelo Tribunal de Justiça; o Juiz pertencente à Categoria “Juiz Federal” é escolhido pelo Tribunal Regional Federal; os Juízes pertencentes à Categoria “Jurista” são nomeados pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- IV. A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e a fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso. Utilizar-se-á, na votação, urna eletrônica, que exibirá ao eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias. Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

Assinale a alternativa correta:

- a) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- c) Somente os enunciados II e III são verdadeiros.
- d) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.

27. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. O art. 347 da Lei n. 4.737, de 15.7.1965, prevê pena de detenção e multa a quem recusar cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral, ou opor embaraço à sua execução. Cuida-se do crime de desobediência, e para a sua configuração não se faz necessária a existência de ordem judicial, direta e individualizada, expedida ao agente.
- II. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas dos partidos políticos, que devem refletir a real movimentação financeira e patrimonial das greis político-partidárias, inclusive os recursos aplicados em campanhas eleitorais. Nessa esteira, constituem obrigações dos partidos políticos, dentre outras, prestar contas à Justiça Eleitoral referentes ao exercício findo – prestação de contas anual – até o dia 30 de abril do ano seguinte; e remeter à Justiça Eleitoral, nos anos em que ocorrerem eleições, até o décimo quinto dia do mês subsequente, balancetes mensais de verificação referentes ao período de junho a dezembro, de acordo com o Plano de Contas do partido. A decisão do juiz eleitoral que versar sobre contas admite pedido de reconsideração e, ainda, recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, este no prazo de três dias da data da sua publicação.
- III. As multas previstas nas leis eleitorais, impostas por decisão de que não caiba recurso, serão inscritas e recolhidas na forma da lei, e serão destinadas ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – Fundo Partidário – que é constituído por: a) multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas; b) recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual; c) doações de pessoas físicas ou jurídicas, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário; d) dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, em cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicado por trinta e cinco reais, em valores de agosto de 1995; e) recursos oriundos de fontes não identificadas, conforme disciplinado nas instruções relativas às prestações de contas dos partidos políticos e à tomada de contas especial.
- IV. O partido político, pessoa jurídica de direito público interno, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos definidos na Constituição Federal, sendo livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção, desde que seus programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Quanto à estrutura interna, organização e funcionamento, têm os partidos políticos autonomia para defini-las.

Assinale a alternativa correta:

- a) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.
- c) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.
- d) Somente os enunciados II e III são falsos.

28. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. Os veículos e embarcações devidamente abastecidos e tripulados, pertencentes à União, Estados, Territórios e Municípios e suas respectivas autarquias e sociedades de economia mista, excluídos os de uso militar, ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, em dias de eleição, para o transporte gratuito de eleitores em zonas rurais, mas eventuais deficiências ou até mesmo a indisponibilidade desse transporte não eximem o eleitor do dever de votar.
- II. As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas por intermédio do comitê financeiro, devendo ser acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha, dispensada a relação dos cheques recebidos e a indicação dos respectivos números, valores e emitentes. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato. Ao final da campanha, ocorrendo sobra de recursos financeiros, esta deve ser declarada na prestação de contas e, após julgados todos os recursos, transferida ao partido – ou coligação, neste caso para a divisão entre os partidos que a compõem –, que deverão utilizar tais recursos, de forma integral e exclusiva, na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.
- III. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, dentre outras, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre candidatos: nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos seis meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; e) transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e de agentes penitenciários.
- IV. As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelas Corregedorias Geral e Regionais e, nas eleições municipais, pelo Juízo Eleitoral. A apuração e a punição de tais transgressões tem por objetivo proteger a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Por outro lado, constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os enunciados I e IV são falsos.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- c) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.
- d) Somente os enunciados II e III são falsos.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) “Permissão de uso” é o contrato administrativo bilateral, sinalagmático, necessariamente oneroso, que tem por objeto apenas bens móveis, os quais serão utilizados pelo particular com exclusividade.
- b) “Autorização de uso” é espécie de contrato administrativo, bilateral, pelo qual a Administração autoriza o particular a utilizar bem público, mas sem exclusividade.
- c) As “terras devolutas” constituem uma das espécies do gênero “terras públicas” e integram a categoria de “bens dominicais”, precisamente pelo fato de não terem qualquer destinação pública. Isso significa, portanto, que elas são disponíveis.
- d) “Concessão de uso” é espécie de ato administrativo, necessariamente gratuito e realizado *intuitu personae*.

30. Assinale a alternativa correta:

- a) No caso de rescisão unilateral do contrato administrativo pela Administração, em razão de caso fortuito ou de força maior, fica ela (a Administração) obrigada a ressarcir o contratado dos prejuízos regularmente comprovados e, ainda, a devolver a garantia, pagar as prestações devidas até a data da rescisão e o custo da desmobilização.
- b) Consoante a lei que disciplina a matéria, quando a licitação for considerada “deserta”, assim entendida aquela em que aparecem licitantes interessados, mas nenhum é selecionado em decorrência da inabilitação ou desclassificação, é possível a dispensa da licitação.
- c) “Convite” é a modalidade de licitação realizada entre interessados previamente cadastrados ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- d) São características comuns às empresas públicas, às sociedades de economia mista, às fundações e às autarquias: criação e extinção por lei; sujeição ao controle estatal; derrogação parcial do regime de direito privado por normas de direito público; vinculação aos fins definidos na lei instituidora; personalidade jurídica de direito privado e desempenho de atividade de natureza econômica.

31. Assinale a alternativa correta:

- a) Uma vez que se adotou, no Brasil, a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, não é possível perquirir acerca da culpa exclusiva da vítima como forma de exclusão ou atenuação da responsabilidade do ente estatal o qual, assim, deverá reparar integralmente o dano apurado.
- b) Uma vez que os bens dominicais encontram-se afetados à finalidade pública específica, não podem ser alienados por meio de institutos de direito privado, como a compra e venda, por exemplo.
- c) Conforme o novo Código Civil, os bens públicos de uso comum, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- d) De acordo com a Lei nº 8.666/1993 (Lei das Licitações), “investidura” é a alienação, aos proprietários de imóveis lindeiros, de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, cujos limites de preço mínimo e máximo vêm previstos no mesmo diploma legal.

32. Assinale a alternativa correta:

- a) “Exoneração” constitui penalidade decorrente da prática de ilícito administrativo, tendo por efeito desligar o servidor dos quadros do funcionalismo.
- b) Conforme entendimento pacífico sufragado pelo Supremo Tribunal Federal, pela chamada “falta residual”, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.
- c) Vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor público é autorizado pela Administração a deixar o cargo temporariamente vago, pelo prazo de 03 (três) anos, a fim de freqüentar cursos de aperfeiçoamento ministrados pelo próprio ente estatal e necessários à aquisição da estabilidade.
- d) “Demissão” não é penalidade imposta ao servidor público pela Administração podendo, por isso mesmo, ocorrer a pedido ou de ofício quando, nesta última hipótese, se tratar de ocupante de cargo em comissão.

33. Assinale a alternativa correta:

- a) “Tarefa” é o contrato administrativo que tem por objeto a mão-de-obra para pequenos trabalhos, mediante pagamento por preço certo, com ou sem fornecimento de material.
- b) São estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- c) “Imperatividade” é o atributo pelo qual o ato administrativo se impõe a terceiros, independentemente de sua concordância, atributo esse existente em todos os atos administrativos, inclusive nos denominados atos enunciativos citando-se, como exemplo, as certidões e os atestados.
- d) “Fato do príncipe” é uma das modalidades de álea administrativa, consistente em ato de autoridade, direta e necessariamente relacionado com o contrato, servindo como causa exonerativa da responsabilidade da Administração Pública a qual, portanto, não responde pelo restabelecimento do equilíbrio contratual rompido.

34. Assinale a alternativa correta:

- a) O servidor público será aposentado compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- b) A rescisão do contrato administrativo, consoante a nova dicção legal, comporta quatro tipos: pode a rescisão ser unilateral; pode ser amigável; pode ser ainda determinada por laudo arbitral e finalmente, pode a rescisão do contrato administrativo se dar na via judicial.
- c) “Revogação” é o ato administrativo vinculado pelo qual a Administração Pública extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência.
- d) Descentralização e desconcentração são conceitos claramente distintos. A descentralização pressupõe pessoas jurídicas diversas. A desconcentração está sempre referida a uma só pessoa, pois cogita-se da distribuição de competências na intimidade dela mantendo-se, pois, o liame unificador da hierarquia.

35. É correto afirmar:

- a) o regime legal de bens para o casamento, no Brasil, é o da comunhão universal.
- b) para ser possuidor, é necessário ser proprietário.
- c) o herdeiro, para ter essa condição, deve estar contemplado no testamento.
- d) o menor entre 16 e 18 anos é relativamente capaz.

36. É correto afirmar:

- a) para recorrer, é necessário providenciar a segurança do juízo.
- b) a liminar pode ser concedida pelo Ministério Público ou pelo juiz.
- c) a citação é o ato pelo qual se chama o réu ao processo para se defender.
- d) o processo de execução pressupõe uma sentença judicial.

37. Assinale a assertiva correta:

- a) O tipo penal é uma norma que descreve condutas criminosas em concreto. Quando uma pessoa, na vida real, comete uma conduta descrita em um tipo penal, ocorre o que chamado de tipicidade.
- b) De acordo com o Código Penal, concurso de pessoas ocorre quando quem de qualquer modo, concorre para o crime nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, já o concurso material é quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não. Já o concurso formal é quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- c) Conforme o Código Penal, a condenação anterior a pena de multa impede a concessão do benefício da suspensão condicional da pena.
- d) Conforme o Código Penal, crime tentado ocorre quando o agente voluntariamente, desiste de perseguir na execução ou impede que o resultado se produza, respondendo somente pelos atos já praticados.

38. Assinale a assertiva correta:

- a) Ocorrendo a aplicação de medida de segurança, internação ou tratamento ambulatorial, esta será por tempo determinado, com prazo máximo de três anos.
- b) De acordo com o Código Penal, a reabilitação não alcança as penas superiores a 18 anos de prisão aplicadas em sentença definitiva.
- c) Em relação a concessão do livramento condicional, conforme o Código Penal, as penas que correspondem a infrações diversas não devem ser somadas para efeito do livramento.
- d) A distinção que se faz da ação pública e ação privada se estabelece apenas em razão da legitimidade para agir; se é promovida pelo Estado Administração, por intermédio do Ministério Público, é a ação penal pública; se a lei defere o direito de agir à vítima, é ação penal privada.

39. Assinale a alternativa **INCORRETA**. O artigo 1º, “*caput*”, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo – TRE/ES, estabelece que a composição do TRE/ES será conforme disposto pela Constituição Federal. Isto quer dizer que o TRE/ES tem, em sua composição:
- a) dois juízes eleitos, pelo voto secreto, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
 - b) dois juízes nomeados pelo Presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Seção do Espírito Santo da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ES.
 - c) dois juízes eleitos, pelo voto secreto, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
 - d) de um juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 2ª Região.
40. Sempre que, por ilegalidade ou abuso de poder, alguém sofrer ou achar-se ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção em razão do exercício dos direitos ou deveres eleitorais, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo poderá conceder:
- a) “*habeas corpus*”.
 - b) “*habeas data*”.
 - c) mandado de segurança.
 - d) mandado de injunção.
41. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:
- a) a qualquer tempo, com eficácia após aviso prévio de 30 (trinta) dias expedido pelo departamento de pessoal ou de recurso humanos do órgão.
 - b) por ato da autoridade competente após regular processo administrativo de apuração e comprovação de falta grave.
 - c) a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.
 - d) exclusivamente por ordem do juiz.

42. Dadas as afirmações abaixo sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:

- I. Salvo casos previstos em lei, é proibida a prestação de serviços gratuitos.
- II. A nacionalidade brasileira é requisito básico para a investidura em cargo público.
- III. Todos os concursos públicos terão validade de 2 (dois) anos, validade prorrogável uma única vez, por igual período.
- IV. As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- V. A nomeação é em caráter efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- VI. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo não depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- VII. A nomeação é em comissão quando se tratar de cargos de confiança vagos.
- VIII. Às pessoas portadoras de deficiência, aos negros e aos índios é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência e a capacidade, com reserva de até 20% das vagas oferecidas no concurso.

Assinale a alternativa que indica apenas as afirmações corretas:

- a) II, III, IV, VI.
- b) I, III, IV, V, VI, VII e VIII.
- c) I, II, III, IV, V, VI e VIII.
- d) I, II, IV, V e VII.

43. Assinale a alternativa correta

Uma organização apresenta uma estrutura organizacional centralizada quando as:

- a) decisões são tomadas pelos integrantes dos níveis estratégicos da organização.
- b) decisões são tomadas pelos integrantes dos níveis estratégico e operacional das organizações.
- c) decisões são tomadas pelos integrantes dos níveis tático e operacional das organizações.
- d) decisões são tomadas pelos integrantes dos níveis estratégico e tático das organizações.

44. Assinale a alternativa correta

A diferenciação horizontal compreende o número de:

- a) subordinados vinculados diretamente a uma gerência.
- b) unidades de negócios que se encontram dispersas geograficamente da matriz.
- c) níveis hierárquicos constantes na estrutura organizacional de uma empresa.
- d) especialidades ocupacionais de uma organização.

45. Assinale a alternativa correta.

O Princípio orçamentário no qual se estabelece que todas as receitas e despesas devem estar contidas numa só lei orçamentária (documento) é denominado(a):

- a) equilíbrio.
- b) unidade.
- c) universalidade.
- d) clareza.

46. Quanto à tramitação das leis de orçamento tem-se a iniciativa de um dos Poderes e um prazo determinado para enviar, enquanto Projeto de Lei, para a decisão de outro Poder. Restrito à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na União, os Poderes envolvidos, respectivamente, na iniciativa e na decisão e, o prazo constitucionalmente fixado para a entrega.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que se refere ao acima descrito:

- a) a iniciativa é do Poder Judiciário que encaminhará ao Poder Legislativo até oito meses antes do término do exercício financeiro.
- b) a iniciativa é do Poder Executivo que encaminhará ao Poder Judiciário até quatro meses e meio antes do término do exercício financeiro.
- c) a iniciativa é do Poder Executivo que encaminhará ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do término do exercício financeiro.
- d) a iniciativa é do Poder Legislativo que encaminhará ao Poder Judiciário até sete meses e meio antes do término do exercício financeiro.

47. Assinale a alternativa correta.

Dentre os créditos adicionais tem-se um que: a) tem por finalidade atender a programas não contemplados no orçamento; b) depende de prévia autorização legislativa; c) deve, obrigatoriamente, conter limitação dos recursos; d) tem vigência no exercício financeiro, podendo ser prorrogada para o exercício seguinte, se aberto em um dos últimos quatro meses e, desde que a lei autorizativa o permita. São os chamados:

- a) especiais.
- b) preliminares.
- c) extraordinários.
- d) suplementares.

48. De acordo com o art. 167 da Constituição Federal é vedado a transposição, o remanejamento ou transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de _____.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que corretamente completa o acima descrito.

- a) uma ação para outra.
- b) uma tarefa para outra.
- c) um órgão para outro.
- d) um obra para outra.

49. Quanto à repartição de limites globais de gastos com pessoal, previstos pelo art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o art. 20 da Lei Complementar 101 de 04-05-2.000 determina na esfera federal, qual é o percentual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que contém o percentual correto:

- a) 5% (cinco inteiros por cento).
- b) 6% (seis inteiros por cento).
- c) 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento).
- d) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).

50. No art. 22 da Lei 4.320, de 17-03-64 tem no parágrafo único um dispositivo acerca da unidade administrativa. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que reproduz referido dispositivo.
- a) Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.
 - b) Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais obras, com indicação da respectiva legislação.
 - c) Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais atividades, com indicação da respectiva legislação.
 - d) Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais tarefas, com indicação da respectiva legislação.

PROVA DISCURSIVA

1. O artigo 37, da Constituição Federal, estabelece princípios de direito administrativo que devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O artigo 2º, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, especifica os princípios de direito administrativo que devem ser obedecidos pela Administração Pública. Escreva um texto, em forma de redação, utilizando-se de 10 (dez) a 15 (quinze) linhas da **folha de respostas da prova discursiva**, iniciando na linha 01 (um), citando cada um dos princípios estabelecidos por estes artigos 37, da Constituição Federal, e 2º, da Lei n.º 9.784/1999, e dando os respectivos conceitos.

2. A respeito das emendas que o poder legislativo pode inserir no projeto de lei da lei orçamentária anual, descreva, em forma de redação, utilizando-se de 10 (dez) a 15 (quinze) linhas da **folha de respostas da prova discursiva**, iniciando na linha 16 (dezesesseis), os prazos e condições estabelecidos pela Constituição Federal para que as mesmas possam ser consideradas normais.